

A REVOLTA TENENTISTA DE 1924 E A PARTICIPAÇÃO DA ALIANÇA LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL

THE “TENENTISTA REVOLT OF 1924” AND THE PARTICIPATION OF “ALIANÇA LIBERTADORA” IN RIO GRANDE DO SUL

Rodrigo Dal Forno¹

RESUMO

A revolta tenentista de 1924 foi deflagrada no estado de São Paulo por lideranças militares, em sua grande maioria oficiais de baixa patente e sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, descontentes com o panorama político nacional. Em poucos meses, o movimento se espalhou pelo território brasileiro e chegou ao Rio Grande do Sul, onde teve como uma de suas principais características o apoio das oposições político-partidárias regionais reunidas através da “Aliança Libertadora”. Através deste contexto, o artigo tem como objetivo analisar a deflagração do movimento rebelde, atentando, principalmente, para seu desdobramento no estado sul-rio-grandense e para a participação e relação do grupo oposicionista estadual em duas frentes principais: o apoio e posicionamento assumido pelos deputados na câmara federal; e a mobilização e atuação armada protagonizada por lideranças partidárias em comunhão com os militares rebeldes. Através desta análise é possível contribuir para a investigação de um acontecimento de enorme relevância na história política brasileira, mas ainda pouco visitado e debatido acerca de seus desdobramentos na política e sociedade no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Aliança Libertadora. Revolta Tenentista. História do Rio Grande Sul. Brasil Primeira República.

ABSTRACT

The “1924’s tenentista revolt” was triggered in the state of São Paulo by military leaders, mostly low-ranking officers and under the command of General Isidoro Dias Lopes, displeased with the national political. In a few months, the movement spread throughout the Brazilian territory and reached Rio Grande do Sul, in which one of its main characteristics was the support of the regional political-party oppositions gathered in the “Aliança Libertadora”. Through this context, the article has as objective to analyze the outbreak of the rebel movement, considering, mainly, its development in the state of Rio Grande do Sul and for the participation and relation of the opposition group in two main fronts: the support and position assumed by the deputies in the federal chamber; and the mobilization and armed action carried out by party leaders in communion with the rebel military. Through this analysis it’s

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas (2012); Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015)

possible to contribute to the investigation of an event of relevance in Brazilian political history, but little visited and debated about its unfolding in politics and society sul rio-grandense of that time.

Keywords: “Tenentista Revolt”. “Aliança Libertadora”. History of Rio Grande do Sul. Brazilian’s First Republic.

INTRODUÇÃO

As chamadas “revoltas” ou “levantes tenentistas” de 1924 eclodiram no estado de São Paulo no mês de julho e rapidamente se espalharam por diversas regiões do Brasil. Os movimentos armados protagonizados por setores e lideranças rebeldes das forças militares brasileiras convulsionaram politicamente a nação e foram parte fundamental nos acontecimentos “que destruíram a República Velha” através do golpe de 1930 (LOVE, 1971, p.215). No Rio Grande do Sul, as insurreições militares deflagraram-se apenas no final de outubro e tiveram como uma de suas principais características o apoio das oposições político-partidárias regionais vinculadas à Aliança Libertadora (AL).²

Apesar de sua relevância na história política brasileira, o conflito e seus desdobramentos no contexto sul rio-grandense foram pouco visitados pela historiografia, compondo uma lacuna de informações e demandando novas pesquisas e abordagens. Neste sentido, a proposta deste texto tem como intuito tecer apontamentos que contribuam para o avanço no conhecimento sobre o tema, assim como suscitem novos interesses e investigações. As considerações aqui apresentadas baseiam-se em alguns dados e discussões levantados durante a elaboração de minha de dissertação de mestrado³, assim como tratam-se de reflexões em estágio de aprofundamento em uma nova pesquisa de tese de doutorado.⁴

2 Coligação que reunia os diferentes setores e lideranças opositores à política de Borges de Medeiros e do Partido Republicano Rio-Grandense no estado. Organizada provisoriamente para concorrer às eleições ao governo do estado em 1922, foi oficialmente fundada como agremiação em 1924 tendo em vista as eleições para deputado federal e senador daquele ano. Em março de 1928 foi extinta para converter-se em Partido Libertador.

3 O estudo versou sobre o “Álbum dos Bandoleiros”, álbum fotográfico em homenagem aos rebeldes da guerra civil de 1923 no Rio Grande do Sul. Os episódios de 1924 não eram o foco principal da investigação e foram abordados de maneira secundária e sucinta no estudo (DAL FORNO, 2015).

4 Em fase de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com auxílio de bolsa do CNPq. De maneira geral, o estudo tem por objetivo analisar a atuação das principais lideranças do Partido Libertador (Assis Brasil, Baptista Lusardo, Raul Pilla, entre outros) na política regional e nacional entre os anos de 1924-1937.

O objetivo principal do texto é analisar os levantes tenentistas ocorridos no Rio Grande do Sul durante os últimos meses de 1924, com destaque para a atuação e o apoio desempenhado pelos civis “libertadores”⁵ em cooperação com os militares rebeldes. Neste sentido, interessa refletir sobre a participação do grupo oposicionista sul rio-grandense, reunido na agremiação partidária da AL, atentando para dois aspectos principais: em primeiro lugar, avaliando o posicionamento de incentivo e defesa do movimento realizado pelos deputados aliancistas na câmara federal, com o objetivo de compreender os motivos que levaram estas lideranças a tomarem determinadas posições sem relação aos levantes armados; em segundo lugar, analisando o planejamento e a mobilização armada protagonizada pelos chefes veteranos da guerra civil de 1923, entre eles, Zeca Netto, Honório Lemes e Leonel Rocha, e sua aliança com os grupos liderados por Luís Carlos Prestes e outros militares durante as insurreições das guarnições pelo interior do estado.

Para a realização destes objetivos, o texto foi estruturado em duas partes principais. Na primeira delas procedo a uma breve contextualização sobre o panorama político-partidário no Rio Grande do Sul, com destaque para os grupos oposicionistas, sua composição e atuação no início da década de 1920, salientando a situação política vivida no limiar da eclosão da revolta armada dos tenentes. Em um segundo momento, desenvolvo uma análise sobre os acontecimentos de 1924 e o engajamento dos políticos gaúchos com a revolta, salientando as motivações e desdobramentos do apoio e a união entre militares e os “libertadores”.

Cabe destacar que a análise se baseou, principalmente, em notícias e manifestos publicados no jornal⁶ *Correio do Povo* de Porto Alegre durante o ano de 1924. A escolha deste órgão de imprensa em específico justifi-

5 Apellido pelo qual ficaram conhecidos os oposicionistas gaúchos no início da década de 1920. O termo era uma referência ao objetivo de “libertar” o estado de uma suposta “ditadura borgista” denunciada pelos oposicionistas. Apesar de se tratar de um tema cunhado e utilizado na e pela época, utilizarei a nomenclatura entre aspas, afim de evitar qualquer juízo de valor ou interpretação de adjetivos sobre o tema.

6 É fundamental destacar a importância de determinados cuidados teóricos e metodológicos na crítica dos dados colhidos dos jornais, principalmente, no sentido de examinar o contexto por de trás do produto final publicado (linha editorial do jornal, suas opções políticas, interesses econômicos, redatores e diretores, público alvo, tiragem e circulação, etc.), bem como a relevância do historiador comparar estas informações com outras fontes e dados. Sobre a utilização dos jornais como fonte histórica, ver: ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ca-se por alguns fatores. Em primeiro lugar, sua proeminência em termos de cobertura de eventos, circulação, tiragem e difusão pelo estado, sendo considerado um dos principais veículos de imprensa daquele contexto ⁷. Segundo, sua manifestação enquanto “neutro” ou sem aderência oficial a determinado partido político, muito embora demonstra-se certa simpatia aos oposicionistas e, com isto, continuamente concedesse espaços em suas páginas para publicações e informes dos mesmos. E, por terceiro e último, a possibilidade e facilidade de acesso e pesquisa aos seus exemplares, tendo em vista que a coleção do jornal sobre o período histórico em análise encontra-se disponível, no formato de microfilmes e de acesso gratuito no acervo histórico do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS (NPH/UFRGS). Além disto, as informações coletadas na imprensa foram cotejadas com dados retirados de relatos e documentos reproduzidos por livros de memórias de contemporâneos aos fatos⁸, assim como contribuições historiográficas pertinentes ao tema.

1 As oposições político-partidárias e a guerra civil de 1923

Antes de adentrarmos nos levantes de 1924 é preciso analisar o contexto da política partidária gaúcha durante o início da década de 1920⁹, período que pode ser caracterizado pela articulação e mobilização dos grupos oposicionistas e pelos constantes embates, via eleitoral ou armada, entre estes e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) grupo hegemônico no governo do Rio Grande do Sul durante praticamente toda a Primeira República, primeiro através da liderança de Júlio de Castilhos e, após a morte deste, por Borges de Medeiros, chefe unipessoal do partido e presidente do estado por durante cinco mandatos.

A frente unificada de opositores formada no início daquela década era composta por três setores e lideranças políticas, relativamente organizadas e mobilizadas¹⁰ e congregadas pelo combate e crítica da condução do

7 Ao lado do *Correio do Povo*, é possível destacar também, o jornal *A Federação*, igualmente produzido na capital Porto Alegre, órgão oficial do grupo situacionista e forte crítico da atuação política dos opositores.

8 Entre os agentes que tiveram envolvimento com aquele contexto e relataram suas opiniões e participações, destacam-se os relatos de João Neves da Fontoura (1958), Mem de Sá (1973), João Baptista Lusardo (CARNEIRO, 1977) e José Antônio Netto (1988).

9 De acordo com Luciano Arrone de Abreu, a situação política da década de 1920 pode ser caracterizada pelo crescimento dos grupos oposicionistas de um lado e de outro a ascensão da chamada “geração de 1907”, novas lideranças no interior do PRR que passaram a conquistar maiores espaços frente aos republicanos históricos, como por exemplo, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha e outros (ABREU, 1996, p. 20-21)

10 O Partido Federalista representava a única instituição partidária oposicionista

governo estadual, a qual consideravam “ditatorial” e “autoritária”: indivíduos oriundos do Partido Federalista, adeptos de Silveira Martins e liderados por Maciel Júnior, Wenceslau Escobar, Raul Pilla, Moraes Fernandes e outros; os chamados “democratas”, seguidores de Assis Brasil e Fernando Abbott; e ainda, os dissidentes republicanos, de um período mais próximo à década de 1920, como aqueles das famílias Pinheiro Machado, Menna Barreto outros (ANTONACCI, 1981, p.66). Da mesma forma, a conjuntura do início dos anos 1920 representou um momento fundamental, em que, após diversas tentativas frustradas de alinhamento entre as diferentes forças opositoras¹¹, foi enfim possível realizar uma mobilização em conjunto para o enfrentamento contra Borges de Medeiros (TRINDADE, 1979, p.159-163).

Além disto, cabe destacar que os três setores oposicionistas possuíam trajetórias de engajamentos e lutas diversas, inclusive tendo se colocado como inimigos em determinados momentos. Ademais, cada uma destas frentes possuía suas próprias lideranças, alianças e redes de seguidores e adeptos. Ou seja, as oposições político-partidárias daquele momento eram plurais e possuíam uma feição bastante heterogênea, inexistindo entre elas um consenso e uma coesão mais sólida e diante da qual, em certa medida, os únicos pontos de convergência de sua união momentânea era o objetivo comum de revisar a Carta Constitucional Rio-Grandense e combater um inimigo comum catalisador de todos os males, o monopólio de poder de Borges de Medeiros (ANTONACCI, 1981, p. 73), assim como, o próprio termo de “libertadores” amplamente propagado nos anos de 1922/1923 já era utilizado como um mecanismo de apagar as diferenças que separavam os “democratas” e “dissidentes republicanos” dos “federalistas” e produzir uma generalização que abarcasse todos os oposicionistas (KIELING, 1984, p. 18).

formalizada durante ao início dos anos de 1920, muito embora o partido já estivesse enfraquecido devido a diversas disputas e dissidências internas. Os demais “libertadores” eram provenientes de rompimentos e cisões com o PRR, alguns deles engajaram-se em tentativas de fundação de partidos que não obtiveram sucesso, como por exemplo, Assis Brasil e Fernando Abbot e o “Partido Republicano Democrático (PRD)”, organizado em 1908 mas de vida efêmera. Justamente desta tentativa de organização do PRD, originou-se a alcunha de “democratas republicanos”, com a qual eram chamados os seguidores e aliados a Abbot, Assis Brasil e outros. Os demais dissidentes eram antigos membros do PRR que haviam rompido com o partido por motivos diversos e passaram a cerrar fileiras com os demais oposicionistas.

11 Segundo Héglio Trindade, as tentativas de aproximações das oposições em nível partidário ocorreram, ao menos, em dois momentos significativos. Primeiro, em 1897 através de uma tentativa frustrada de Silveira Martins de fundir o Partido Federalista com o Partido Republicano Liberal; e depois em 1907-1908, na cisão de Fernando Abbot com Borges de Medeiros, onde os dissidentes tentaram aproximar-se dos federalistas mas foram repelidos devido ao veto da facção vinculada a Antunes Maciel (TRINDADE, 1979, p.154).

No ano de 1924, os grupos oposicionistas haviam recentemente saídos de uma guerra civil contra o PRR, durante o episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1923”. O conflito ocorreu após as eleições para Presidente do estado em 1922. Naquele pleito, as oposições lançaram de forma unificada a candidatura de Assis Brasil contra o situacionismo de Borges de Medeiros, candidato à reeleição e pleiteando seu quinto mandato, sendo o terceiro de forma consecutiva. As eleições ocorreram de forma tumultuada com protestos de violências e fraudes eleitorais e o resultado oficial decretou Borges como vencedor. Os opositores alegando irregularidades na contagem dos votos¹² iniciaram uma guerra civil com o objetivo de que o Presidente da República Arthur Bernardes interviesse no estado e depusesse Borges do governo¹³. A guerra civil, repleta de pequenos combates e perseguições, se alastrou durante o ano de 1923 e o término das hostilidades ocorreu apenas no mês de dezembro através de um acordo de paz mediado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho e chamado de “Pacto de Pedras Altas”. Em linhas gerais, o pacto vedava a reeleição para presidente do estado e para intendentess municipais, previa a adequação das eleições municipais e estaduais à legislação federal, garantia representação das minorias na Assembléia e no Congresso, concedia anistia aos revolucionários, entre outros pontos (ANTONACCI, 1981, p. 110).

Embora com nítidos avanços no panorama políticos, muitos dos chefes oposicionistas da luta armada permaneceram descontentes com seu resultado final, tendo em vista que a principal reivindicação de deposição imediata de Borges de Medeiros acabou não sendo alcançada. Segundo Glauco Carneiro, algumas lideranças insistiram na importância da destituição do presidente e discordaram dos termos do pacto, inclusive acusando Assis de ter “traído a Revolução” (CARNEIRO, 1977, p.219-220). Da mesma forma, Mem de Sá, contemporâneo aos fatos, relata que parte dos correligionários não enxergou a “estrondosa vitória” do tratado, apenas se importou com a “terrível decepção da permanência do chimango” (SÁ, 1971, p. 67). O resultado do tratado criou um clima ambíguo entres os oposicio-

12 A argumentação sobre a fraude derivava do fato de que a constituição estadual previa para reeleição a necessidade de obtenção de $\frac{3}{4}$ ou 75% dos votos válidos. A comissão de averiguação foi constituída por três deputados estaduais, todos ligados ao PRR e sob liderança de Getúlio Vargas (LOVE, 1975, p. 218). O parecer da comissão decretou a vitória borgista com 106.360 votos contra 32.216 de Assis Brasil (pouco mais de 2 mil votos impediriam a reeleição) (ANTONACCI, 1981, p. 98).

13 A crença na intervenção federal no estado devia-se, principalmente, ao fato de que durante as eleições para presidente nacional em 1922, Borges havia apoiado a chapa de Nilo Peçanha, adversário de Bernardes, na ocasião da campanha da “Reação Republicana”. Peçanha saiu derrotado e a relação entre PRR e o situacionismo nacional tornou-se bastante frágil (LOVE, 1971, p.216-217).

nistas, com, e um lado, o contentamento perante os avanços alcançados e, de outro, o receio sobre as garantias de cumprimentos destas melhorias e a insatisfação com a permanência de Borges para mais um mandato. Diante deste quadro, em janeiro de 1924 o grupo voltou a reunir suas lideranças com o objetivo de fundar uma agremiação que reunisse todos os adeptos e estivesse mobilizada para novos enfrentamentos eleitorais. Através de um congresso realizado na cidade de São Gabriel fundou-se a Aliança Libertadora, liga política estabelecida para organizar a participação nas eleições de maio para os cargos de deputado federal e senador. Naquele pleito, a agremiação logrou importante progresso no equilíbrio das forças políticas estaduais através da vitória de sete de seus candidatos: Wenceslau Escobar, Plínio Casado, Lafayette Cruz, Arthur Caetano, Pinto da Rocha, Antunes Maciel Júnior e João Baptista Lusardo.

2 Os levantes de 1924 e a participação da Aliança Libertadora

Em paralelo às posses dos deputados no Rio de Janeiro, no centro do país eclodiram os levantes militares tenentistas¹⁴. As revoltas tinham caráter de oposição ao governo federal de Arthur Bernardes e reivindicavam temas como voto secreto, eleições livres, fim da corrupção e das fraudes (FÉLIX, 1987, p. 151). No mês de julho de 1924, uma rebelião liderada por Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e outros, apoderou-se da cidade de São Paulo que permaneceu nas mãos dos revoltosos durante aproximadamente três semanas, quando as tropas se retiraram em marcha para o oeste do estado paulista. Seguindo o exemplo deste levante, outros eclodiram pelo restante do país, como por exemplo, nos estados do Amazonas, Sergipe e Mato Grosso, embora tenham sido rapidamente dominados pelas tropas legalistas e resultando na dispersão de suas forças.

As deflagrações das insurreições armadas colocaram os oposicionistas gaúchos em uma nova encruzilhada política: apoiar o legalismo e aproximar-se do Presidente Arthur Bernardes ou colocar-se a favor dos tenentes rebeldes e aproveitar do movimento para realizar um novo levante contra Borges de Medeiros e a situação política estadual que continuava sendo percebida como injusta aos opositores. Ao que tudo indica, em um primeiro momento a questão parece ter acarretado em divergências de opiniões no interior do grupo. Segundo José Fernando Kieling, os desacordos sobre apoiar ou não o movimento tenentista abalaram a coesão do grupo e

14 Não é objetivo de este estudo analisar as dimensões político-militares dos movimentos tenentistas da década de 1920. Para maiores informações ver os estudos clássicos de Carone (1975), Sodré (1985) e Borges (1992).

dificultaram a marcha rumo a um partido homogêneo iniciada com a fundação da AL (KIELING, 1984, p.95). Além disto, conforme aponta Carneiro, os deputados “libertadores” chegaram ao congresso com um drama: Bernardes ou não Bernardes? A ampla maioria da bancada optou por apoiar o presidente, ficando apenas Baptista Lusardo como defensor do movimento rebelde (CARNEIRO, 1977, p.248). Por sua vez, do lado situacionista¹⁵, Borges de Medeiros disposto a uma reaproximação com o governo federal após os desentendimentos da “Reação Republicana” e os problemas gerados com a guerra civil de 1923, foi um dos primeiros presidentes estaduais a demonstrar solidariedade a Bernardes, telegrafando ao presidente e colocando à sua disposição às forças da Brigada Militar¹⁶, assim como em seguida enviando numerosos contingentes armados para auxiliar no combate aos rebeldes no centro do país¹⁷.

Entre os deputados federais o tema da eclosão dos levantes tornou-se o principal assunto debatido na câmara. O líder da bancada aliancista, Plínio Casado, discursou defendendo a moção de estado de sitio para São Paulo e reiterando que a AL era abertamente defensora da “República e da Constituição Federal” e da “lei e da autoridade legítima”, sendo que os oposicionistas gaúchos “saídos de uma revolução” saberiam diferenciar que o movimento dos tenentes não passava de uma “revolta de quartéis” que “não triunfaria”¹⁸. Com o mesmo objetivo de demonstrar serenidade, o deputado Antunes Maciel Júnior telegrafou aos correligionários do município de Pelotas, pedindo tranqüilidade e solicitando que a imprensa partidária “procurasse noticiar sobre a revolta somente aquilo que for de origem oficial”¹⁹, evitando cair em boatos que pudessem vir a prejudicar o partido.

Enquanto os deputados expressavam seu apoio ao governo federal, no território rio-grandense uma série de perseguições e prisões contra elementos supostamente “subversivos” recrudescia e atingia os grupos oposicionistas. As “medidas de ordem pública” adotadas no estado recaíram justamente sobre os alvos regionais mais “suspeitos de subversão”, dentre eles, os antigos revolucionários de 1923 e os proprietários de jornais vinculados ao oposicionismo partidário. Neste sentido, diversos órgãos de im-

15 Apesar desta manifestação oficial em prol do legalismo, João Neves da Fontoura, em suas memórias, discute as possibilidades existentes durante aquele contexto de o próprio Borges de Medeiros ter cogitado em se associar ao movimento de Isidoro Lopes, dadas as razões e queixas que possuía contra a figura do presidente Arthur Bernardes (FONTOURA, 1958, p. 316).

16 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 06 jul. 1924.

17 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924.

18 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 22 jul. 1924.

19 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 22 jul. 1924.

prensa foram censurados, tiveram sua circulação suspensa ou proibidos de veicularem notícias sobre os levantes, como por exemplo, Fanfa Ribas do *Correio do Sul* de Bagé (exilado no Uruguai)²⁰, Arnaldo Mello do *Correio da Serra* de Santa Maria e Júlio Ruas de *O Bandoleiro* de Alegrete, processados por publicarem “informações julgadas inconvenientes à ordem pública”²¹. Da mesma forma, *O Libertador* de Pelotas, por conta própria suspendeu sua circulação e o *Correio do Povo* em Porto Alegre, folha auto proclamada apartidária, sofreu censura rígida em torno de seus editoriais e informes²². Além disto, as perseguições e prisões também atingiram personagens de destacada atuação na guerra civil de 1923, como por exemplo, Theodoro Klemann, membro do estado maior de Zeca Netto, feito prisioneiro em Pelotas²³ e Mario Garcia, chefe da Divisão Missioneira de 1923, apreendido em Santiago do Boqueirão acusado de envolvimento com os rebeldes militares²⁴.

Apesar das perseguições e prisões pelo interior do estado, as lideranças da AL mantinham-se com uma postura favorável ao situacionismo federal e em defesa do legalismo. De acordo com informações publicadas pelo *Correio do Povo*, alguns dos antigos chefes de 1923, logo após o surgimento das primeiras informações sobre o levante paulista, telegrafaram a Arthur Bernardes “reafirmando solidariedade e oferecendo seus serviços”. Com este objetivo, Felipe Portinho, Leonel Rocha e outros, estariam na região de Passo Fundo e Erechim arregimentando elementos para formar uma força a ser encaminhada aos estados do Paraná e São Paulo para combater os rebeldes²⁵. No mesmo sentido, Honório Lemes teria recebido orientação de alguns deputados para formar um “batalhão patriótico” de civis em auxílio ao governo e em seguida colocou seus serviços à disposição do Ministro de Guerra²⁶. Algumas semanas depois, o próprio Ministro respondeu esclarecendo não ser necessária estas contribuições, já que se encontrava restabelecida a ordem em todo o país²⁷. Com o mesmo pretexto foram dispensados Quim César e Salustino Pádua em Passo Fundo²⁸ e de Leonel Rocha em Palmeira²⁹.

20 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924.

21 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 18 jul. 1924; p.1, 20 jul. 1924; p.2, 24 ago. 1924.

22 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 07 nov. 1924.

23 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 jul. 1924.

24 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924.

25 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 26 jul. 1924; p.1, 28 jul. 1924.

26 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 28 jul. 1924.

27 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 ago. 1924.

28 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 14 ago. 1924.

29 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 15 ago. 1924.

Entrementes, a situação passou a se inverter e alguns boatos indicavam uma aproximação entre “libertadores” e militares rebeldes, embora os deputados tentassem despistar e até mesmo negar estes rumores. O deputado Maciel Jr discursou na câmara reafirmando que a oposição rio-grandense desde o início do levante paulista deu “manifestações inequívocas de solidariedade ao Sr. Presidente da República e seu governo”. Na mesma sessão, Maciel leu uma carta de Assis Brasil desmentindo uma possível vinculação com o movimento armado: “nenhuma ligação existe por parte da Aliança Libertadora, nem creio que de partido político algum”³⁰. Com o mesmo intuito, Felipe Portinho, acompanhado por uma comissão de veteranos de 1923, viajou ao Rio de Janeiro para conferenciar com Arthur Bernardes e esclarecer a postura dos oposicionistas em relação ao momento político vivido no país³¹.

No mês de outubro os destacamentos militares estacionados no Rio Grande do Sul iniciaram uma nova onda de insurreições. Liderados por Luís Carlos Prestes, Juarez Távora e outros, os militares levantaram-se em armas, principalmente, nas cidades de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e Uruguaiana. Em manifesto encaminhado ao povo de Santo Ângelo, Prestes comunicou a deflagração do levante de diversos quartéis em comunhão com movimento iniciado por Isidoro Lopes. De acordo com o manifesto, a revolta contava com a adesão dos “chefes revolucionários Honório Lemes e Zeca Netto” que invadiriam o estado pela fronteira com o Uruguai, “tudo de acordo com o grande plano já organizado”³². Em outro manifesto lançado pelos militares encontram-se as assinaturas de diversos chefes vinculados a AL: Felipe Portinho, Leonel Rocha, Honório Lemes e José Antônio Netto (KIELING, 1984, p. 63-64).

O manifesto de Prestes sugere a organização de um plano previamente arquitetado em conjunto por militares e “libertadores”. A partir deste e outros elementos é possível indicar a possibilidade de que precocemente os aliancistas encontravam-se em diálogo e aproximação com os militares. De acordo com Love, a principal liderança dos levantes, Isidoro Lopes, era veterano da revolta de 1893-1895 contra Júlio de Castilhos e o PRR, sendo que ainda durante a guerra civil de 1923 estabeleceu contato com os rebeldes gaúchos com o objetivo de organizar novos levantes armados (LOVE, 1971, p.225). Por outro lado, Loiva Otero Félix defende que desde o mês de abril, era possível perceber na região norte do estado, prenúncios do levante

30 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 01 ago. 1924.

31 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 set. 1924.

32 Manifesto publicado pelo *Correio do Povo* (Porto Alegre, p. 3, 05 out. 1924) e reproduzido na obra de Carone (1975, p.298-300).

te através dos primeiros conchavos políticos e mobilizações (FÉLIX, 1987, p. 152). Segundo o relato de Zeca Netto, dois dias antes da eclosão do levante de julho, ele havia recebido um convite para aderir ao movimento e com este intuito viajou para São Paulo, onde conferenciou com algumas lideranças paulistas e concordou em rumar para o Uruguai e dali invadir o Brasil (NETTO, 1983, p.110-115). Além disto, Leonel Rocha e Zeca Netto, durante o final do mês de maio, encontravam-se na cidade de Pelotas para reuniões e banquetes entre amigos e correligionários³³, após o encontro, Rocha partiu para Pedras Altas para reunir-se com Assis Brasil e Netto viajou para sua referida estadia no centro do país³⁴.

Os conchavos entre militares e “libertadores” também podem ser apreendidos através de uma série de depoimentos escritos pelo deputado João Baptista Lusardo³⁵. Segundo o relato, durante os dias 13 e 14 de agosto, um primeiro encontro realizado na localidade de Berachy, no Uruguai, “assentou o pacto” de cooperação entre ambos os grupos. Desta reunião participaram Assis Brasil e Zeca Netto, além de Rubens Maciel e Anacleto Firpo, representantes das guarnições militares no estado gaúcho. Dali decidiu-se que a chefia civil da revolta ficaria ao encargo de Assis Brasil e seriam despachadas ordens para que Honório Lemes e Leonel Rocha iniciassem as movimentações para o levante que deveria eclodir na efeméride do dia 7 de setembro. Em seguida, uma segunda reunião, no dia 23 de agosto na cidade de Uruguaiana, contou com a presença de Lusardo e diversos oficiais das guarnições de São Luiz, São Borja, Alegrete, Livramento e São Gabriel. O encontro sacramentou o plano militar da revolta: as colunas civis de Honório Lemes e Zeca Netto seriam encarregadas da movimentação pela zona fronteira com o Uruguai, os elementos de Leonel Rocha deveriam tumultuar a região serrana do estado e o comando das guarnições militares na zona das missões seria de encargo de Luís Carlos Prestes. Devido a problemas diversos, no início de setembro, o plano foi descoberto e a deflagração adiada. Apenas através de uma nova reunião, ocorrida no início de outubro, entre Assis Brasil, Anacleto Firpo, Siqueira Campos e Juarez Távora, foi possível retomar as ligações e enfim o levante ser deflagrado (LUSARDO apud CARNEIRO, 1977, p.263-272).

Com a deflagração do movimento, o governo federal passou a pres-

33 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 maio 1924.

34 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p. 1, 24 maio 1924.

35 Trata-se de onze pequenos textos sob o título de “A Coluna Prestes através do Brasil”, escritos por Baptista Lusardo e publicados originalmente no jornal *O Globo* do Rio de Janeiro em 1926. Os relatos trazem informações preciosas acerca da atuação dos militares e da participação da AL no movimento, além da marcha da Coluna Prestes. O documento foi reproduzido na íntegra na obra biográfica escrita por Glauco Carneiro (1977, p.259-284).

sionar Borges de Medeiros sobre a garantia de manutenção da ordem na fronteira³⁶. O chefe do PRR prontamente enviou contingentes da Brigada Militar para a região sublevada. Na data de 30 de outubro, o *Correio do Povo* noticiou as primeiras informações sobre insurreições das guarnições de São Luiz, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana³⁷. No dia seguinte, o jornal comunicou ter chegado ao conhecimento das autoridades legais que Honório Lemes estava envolvido com o levante e movimentando tropas na região de Uruguaiana³⁸. Com o decorrer dos episódios, outros veteranos de 1923 passaram a ser publicamente vinculados ao movimento: Pedro Arão e Juca Raymundo em atuação conjunta com Luiz Carlos Prestes em Santo Ângelo³⁹, Mario Garcia em Santiago do Boqueirão⁴⁰, além das já conhecidas atuações de Leonel Rocha e Zeca Netto pelo interior do estado⁴¹.

Com a adesão dos chefes civis de 1923 ao movimento, a bancada oposicionista repentinamente mudou sua postura e passou a defender veementemente o levante⁴². Em discurso na câmara, Wenceslau Escobar relembrou aos demais deputados sobre a situação vivida no Rio Grande do Sul desde os acontecimentos de 1923: o não cumprimento por parte do governo estadual das cláusulas estipuladas no Pacto de Pedras Altas e as perseguições sofridas por seus partidários, elementos que justificariam a postura da Aliança Libertadora frente ao momento político nacional⁴³. No mesmo sentido manifestou-se Arthur Caetano, afirmando que os oposicionistas rio-grandenses “não distinguem a hostilidade quer contra o sr. Borges de Medeiros, quer contra o sr. Arthur Bernardes, a quem responsabilizamos pela grave situação no nosso Estado”⁴⁴. Seguindo a mesma linha argumentativa, na Assembléia estadual, os deputados também se posicionaram de maneira favorável ao movimento rebelde. José Alves Valença argumentou ser impossível “impedir que os membros desta oposição se aliassem ao movimento que se bate pela liberdade do Brasil e do Rio Grande”, já que o “escopo máximo” dos oposicionistas gaúchos “foi sempre a libertação do Rio

36 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.4, 29 out. 1924.

37 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 30 out. 1924.

38 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 31 out. 1924.

39 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 02 nov. 1924.

40 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924.

41 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 nov. 1924; p.1, 19 nov. 1924; p.3, 23 nov. 1924.

42 Ainda que os “libertadores” tenham apoiado as pautas dos militares rebeldes, é importante destacar, conforme aponta Paulo Vizontini, que existiram profundas diferenças entre as propostas e posicionamentos políticos dos dois aliados de momento (VIZENTINI, 1983, p. 27-28).

43 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 15 nov. 1924.

44 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 05 dez. 1924.

Grande”⁴⁵.

Após a realização de diversos pequenos combates, os rebeldes no Rio Grande do Sul acabaram por dividirem-se em dois grupos. O primeiro comandado por Prestes, após ser perseguido e encurralado pelo exército legalista, deixou o território estadual e iniciou uma marcha em direção ao norte do país para juntar-se aos militares de outras regiões e compor a chamada “Coluna Miguel Costa-Prestes”⁴⁶.

O segundo grupo, vinculado aos chefes civis da AL refugiou-se através do exílio nos países vizinhos do Uruguai e Argentina⁴⁷. As tropas de Honório Lemes, Zeca Netto e Leonel Rocha voltariam, durante os anos de 1925 a 1927, a realizar novas tentativas de invasões e ataques armados ao Rio Grande do Sul com o objetivo de mobilizar forças contra o situacionismo político e, principalmente, depor Borges de Medeiros (FERREIRA FILHO, 1974, p.223; FÉLIX, 1987, p. 153). Embora parcela do grupo permanecesse insistindo na via armada para atingir suas reivindicações, o grupo retomou às tentativas de reorganização partidária a partir do retorno do exílio de lideranças como Assis Brasil e Raul Pilla para a vida política do país em 1927. A retomada da organização dos “libertadores” resultou na consolidação do processo de unificação dos oposicionistas através da fundação oficial do Partido Libertador em Congresso realizado na cidade de Bagé, em março de 1928 (LOVE, 1971, p.228). Reunidos em um partido único, os oposicionistas regionais, aliados aos seus adversários históricos do PRR e de algumas lideranças tenentistas, seriam parte do grupo responsável pela deflagração da revolta de 1930, colocando fim a chamada “República Velha do Brasil”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os argumentos esboçados ao longo do texto é possível tecer algumas ponderações sobre os levantes militares de 1924 no Rio Grande do Sul e a participação da Aliança Libertadora durante estes episódios. Em primeiro lugar, é possível supor que desde cedo os aliancistas estiveram aliados aos militares rebeldes e desempenharam um papel

45 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 30 dez. 1924.

46 A coluna foi responsável por uma longa marcha pelo interior do Brasil durante aproximadamente dois anos e meio, percorrendo cerca de 25.000 quilômetros, quando devido às condições precárias os revoltosos decidiram por exilar-se no Paraguai, Bolívia e Argentina. Sobre o tema, assim como a atuação política de Prestes, ver as contribuições de REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014; PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

47 CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 27 dez. 1924; p.7, 28 dez. 1924.

importante no planejamento e execução do movimento armado. A postura inicial favorável ao legalismo e de amparo ao governo Bernardes parece ter sido utilizada, principalmente, como um mecanismo de despiste sobre a organização e adesão ao levante. Embora os oposicionistas gaúchos possuísem interesses em almejar uma aproximação com o governo Bernardes, os problemas e a insatisfação com a política estadual e com o desfecho final da guerra civil de 1923, além da reaproximação entre Borges e Bernardes, parecem ter desempenhado fatores determinantes na tomada de posição dos “libertadores” em favor de um novo protesto armado similar ao ocorrido no ano anterior.

Em segundo lugar, parece evidente que a aproximação com o levante tenentista representou uma nova oportunidade de pegar em armas contra Borges de Medeiros e manifestar o descontentamento com a situação política estadual e nacional. Possivelmente no entendimento dos principais chefes da Aliança Libertadora, a deflagração e união com o movimento tenentista significou uma continuação direta da luta iniciada em 1923. A luta e os aliados eram outros, mas os motivos e os inimigos continuavam sendo os mesmos para líderes como Zeca Netto, Honório Lemes, Baptista Lusardo, Leonel Rocha e outros.

Em terceiro lugar, cabe destacar que o envolvimento dos aliancistas com a luta dos tenentes trouxe tanto conseqüências positivas quanto negativas para o grupo partidário. Por um lado, a aderência ao movimento permitiu ao grupo uma projeção política nacional, alargando os horizontes de atuação da agremiação (KIELING, 1984, p. 77-87) e resultando na conquista de um importante prestígio na esfera de poder nacional (LOVE, 1971, p.242). De outro lado, o seu envolvimento interrompeu e confundiu o projeto de unificação e coesão entre os setores oposicionistas regionais, acarretando em divergências e dissidências entre seus adeptos, além de causar o exílio e o distanciamento de suas principais lideranças com as bases locais. Esta conjuntura desfavorável só viria a ser superada nos anos seguintes, com a anistia e retorno ao Brasil, a reorganização em Partido Libertador e participação na Frente Única em apoio à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

REFERÊNCIAS

- ABREU, L. A. *Getúlio Vargas: a construção de um mito*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AXT, Gunter. *As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. [v. 1 e v.2]

_____. *Lusardo: o último caudilho: revolução de 1923*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. [v.1]

CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 maio 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 24 maio 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 06 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 16 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 18 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 20 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 22 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 22 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 26 jul. 1924. Disponível no Núcleo de

Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 28 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 28 jul. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 01 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 14 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 15 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.2, 24 ago. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 13 set. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 30 out. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 31 out. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 01 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 02 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 04 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 05 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 07 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 15 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 19 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 23 nov. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.1, 05 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.3, 27 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.7, 28 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

CORREIO do Povo, Porto Alegre, p.6, 30 dez. 1924. Disponível no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: uma análise de política e imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920*. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

- GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (Orgs.). *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983.